

PROJETO DE LEI Nº QUA /2018
·
Autoria: Mesa Clinetera da CMAC
155unto: Altira a Redação de Dispositivos da lei 1.869, de 20 de novembro de 2009, e Revoga a bei 2.186, de 21 de dezembro de 2016.
======================================
=======================================
J.R.)
=AUTUAÇÃO = Aos (<u>AL</u>) dias do mês de <u>dizembro</u> de 20 <u>l8</u> , eu, <u>Movama Coffla</u> scuso no Protocolo deste Poder Legislativo, o recebimento do Projeto de Lei acima especificado, protocolando- sob o nº 1038 8
= CONTROLE DE APRECIAÇÃO =
$\frac{(26/12/2018.)}{\text{Expediente}} = \frac{(26/12/2018.)}{\text{Ordem do Dia}} = \frac{(-/-/)}{\text{Redação Final}}$
= DELIBERAÇÕES INTERNAS =
======================================
======================================

☐ Sim ☐ Não



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

MENSAGEM LEGISLATIVA Nº <u>021</u>/2018.

Afonso Cláudio/ ES, 21 de Dezembro de 2018.

DA: MESA DIRETORA DA CMAC

AO: EXMOS. SRS. VEREADORES DA CMAC NESTE (A):

Senhores Vereadores,

CIENCIA EM SESSÃO DIA, 26 /12 /18 RECEBENIOS

Em, 21 /-12 / 2018

0° 1038 | 18° (15:45)

CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO

Anexo ao presente, estamos encaminhando para deliberação Plenária desta Casa de Leis, o Projeto de Lei incluso, intitulado: "ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 1.869, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009, E REVOGA A LEI 2.186, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016", versando acerca do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Afonso Cláudio, a fim de estabelecer tabela de vencimento conforme disposto no Anexo Único do referido Projeto de Lei.

A priori, cumpre ressaltar que a iniciativa e o encaminhamento da matéria que trata o presente Projeto de Lei é competência do Poder Legislativo Municipal e possui respaldo legal encontrando-se em consonância com a legislação vigente.

Desta forma, gostaríamos de contar com o indispensável apoio de Vossas Excelências para a aprovação do projeto em questão em **Regime de Urgência e com a dispensa do interstício**, no que antecipadamente agradecemos, aproveitando para reafirmar nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

NILTON LUCIANO DE OLIVEIRA

<u>Presidente</u>

ADEILDE DAVEL DE OLIVEIRA

1º Secretário

BERIATO AUGUSTO ALVES

Vice- Presidente

LUCIVAN HEASE

2º Secretário



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

PROJETO DE LEI Nº OLL /2018

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.869, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009, E REVOGA A LEI Nº 2.186, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 3º, 6º *caput*, 11 *caput*, os "parágrafos" do art. 12 e o "parágrafo" 1º do art. 15 da Lei Municipal nº 1.869, de 20 de novembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º São partes integrantes desta Lei as categorias funcionais, os grupos ocupacionais, os níveis, os vencimentos, as atribuições e requisitos para provimento dos cargos, conforme Anexos I, II-A e III." (NR)

"Art. 6º O ingresso nos cargos de provimento efetivo dos servidores da Câmara será precedido de Concurso Público, de provas e títulos, e a posse se dará sempre no primeiro nível de cada classe à qual pertence o cargo, em observância ao disposto nos Anexos I, II-A e III desta Lei."

(...)" (NR)



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

"Art.11 O quantitativo dos cargos de provimento efetivo que integram as carreiras e seus respectivos níveis de vencimento é o constante dos Anexos I e II-A desta Lei.

(...)." (NR)

"Art. 12. (...)

§ 1º Progressão Horizontal é a passagem para o nível seguinte dentro da mesma classe, condicionada ao interstício de dois anos.

§ 2º A Progressão, a que se refere ao § 1º, será de 2% (dois por cento) a cada interstício". (NR)

"Art. 15. (...)

§ 1º Os valores do vencimento dos cargos são fixados na tabela constante do Anexo II-A desta Lei.

(...)" (NR)

Art. 2° A contagem do interstício para aquisição do direito a progressão prosseguirá sem prejuízo do tempo de serviço adquirido por cada servidor efetivo na data da publicação do Anexo II-A desta Lei.

Art. 3° O Anexo II-A da Lei nº 1.869, de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 2.186, de 21 de dezembro de 2016.



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos partir de 1º de Janeiro de 2019.

Plenário Monsenhor Paulo de Tarso Rautenstrauch.

Afonso Cláudio/ES, <u>U</u> de <u>dezembro</u> de <u>2018</u>.

ANO DE OLIVEIRA NILTON L

Vice- Presidente

1º Secretário

Most work

2º Secretário

APROVADO POR UNANIMIDADE

Em 26/12/18

CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLAUDIO PARLAMENTO: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA



ANEXO ÚNICO, a que se refere o Art. 2º desta Lei. " ANEXO II-A DA LEI Nº 1.869/2009"

TABELA DE VENCIMENTOS

CLASSE		NÍVEL	Α	. В	С	D	E	· F	G	Н	I	J	L	M	N	0	Р
Ensino Fundamental Incompleto	Copeira	1	1.139,23	1.253,15	1.378,47	1.516,32	1.546,64	1.577,57	1.609,13	1.641,31	1.674,13	1.707,62	1.741,77	1.776,60	1.812,14	1.848,38	1.885,35
	Guarda Patrimonial	1	1.139,23	1.253,15	1.378,47	1.516,32	1.546,64	1.577,57	1.609,13	1.641,31	1.674,13	1.707,62	1.741,77	1.776,60	1.812,14	1.848,38	1.885,35
	Condutor de Veiculo Oficial	2	1.380,89	1.518,98	1.670,88	1.837,96	1.874,72	<i>-</i>	1.950,46	1.989,47	2.029,26	2.069,85	2.111,24	2.153,47	2.196,54	2.240,47	2.285,28
Ensino Médio	Assistente Legislativo	3	1.495,98	1.645,58	1.810,14	1.991,15	2.030,97	2.071,59	2.113,02	2.155,28	2.198,39	2.242,36	2.287,20	2.332,95	2.379,61	2.427,20	2.475,74
	Auxiliar Contabilidade	3	1.495,98	1.645,58	1.810,14	1.991,15	2.030,97	2.071,59	2.113,02	2.155,28	2.198,39	2.242,36	2.287,20	2.332,95	2.379,61	2.427,20	2.475,74
	Operador de Sistemas	3	1.495,98	1.645,58	1.810,14	1.991,15	2.030,97	2.071,59	2.113,02	2.155,28	2.198,39	2.242,36	2.287,20	2.332,95	2.379,61	2.427,20	2.475,74
Nível Superior	Analista Legislativo	4	2.646,73	2.911,40	3.202,54	3.522,80	3.593,25	3.665,12	3.738,42	3.813,19	3.889,45	3.967,24	4.046,59	4.127,52	4.210,07	4.294,27	4.380,16
	Analista Operacional	5	3.279,63	3.607,59	3.968,35	4.365,19	4.452,49	4.541,54	4.632,37	4.725,02	4.819,52	4.915,91	5.014,23	5.114,51	5.216,80	5.321,14	5.427,56
	Procurador Legislativo	6	3.452,25	3.797,48	4.177,22	4.594,94	4.686,84	4.780,58	4.876,19	4.973,72	5.073,19	5.174,65	5.278,15	5.383,71	5.491,38	5.601,21	5.713,24



PARECER CONTÁBIL Nº 009/2018

Afonso Cláudio/ES, 26 de Dezembro de 2018.

Advindo para emissão do Impacto Orçamentário e Financeiro referente ao Projeto de Lei nº 021/2018 que dispõe sobre "altera a redação de dispositivos da Lei 1.869, de 20 de novembro de 2009, e revoga a Lei 2.186, de 21 de dezembro de 2016", que versa acerca sobre o plano de caros e carreira e vencimentos dos servidores da CMAC, segue o respectivo impacto com a devida metodologia de cálculo:

1 - METODOLOGIA DE CÁLCULO:

O artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, determina que a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, com o devido pronunciamento do Ordenador de despesa sobre sua adequação com Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

DESPESA LÍQUIDA COM SERVIDORES EFETIVOS	Exercício ATU	JAL	Exercício 2	2019	Exercício 2020		Exercício 2021	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Despesa de Pessoal	2.059.080,30	65,37%	2.059.080,30	57,20%	2.060.464,69	55,57%	2.061.876,77	55,61%
Projeto de Lei nº. 021/2018			1.384,39	0,04%	1.412,08	0,04%	1.440,32	0,04%
Total da Despesa c/ Pessoal	2.059.080,30	65,37%	2.060.464,69	57,24%	2.061.876,77	55,61%	2.063.317,09	55,65%
DUODÉCIMO	3.150.000,00		3.600.000,00		3.708.000,00	7.	3.708.000,00	

Des	Receita			
Varia	Variação %			
2020	2020 5,50%			
2021	3,00%			

Este é o parecer e opina-se pelo prosseguimento.

Analista Operacional - contadoria CRC-ES 11.258-O



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÉA **AFONSO CLÁUDIO**

ES



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO RELATÓRIO

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, Estado do Espírito Santo, encaminha para deliberação plenária por meio do Projeto de Lei incluso, intitulado: "ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 1.869, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009, E REVOGA A LEI 2.186, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016", o qual, após o regimental despacho na Sessão Legislativa Ordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2018, pela Mesa Diretora desta Casa Legislativa, adveio a esta Comissão.

Desta forma e, conforme se deve proceder, a citada mensagem foi protocolizada neste Poder Legislativo em 26 de dezembro de 2018, ficando o referido Projeto registrado sob o nº 1038/2018, em face das matérias no corrente exercício.

Portanto, depois de relatado sua titularidade e demais observâncias de praxe, passa o presente Projeto à devida deliberação nesta Comissão, na seguinte ordem:

1° VOTO FLORENTINO BINOW Relator

Inicialmente, cumpre destacar que é de competência do Poder Legislativo Municipal, por meio de seu representante, o encaminhamento de matéria desta natureza, em conformidade com a legislação pertinente.

O presente Projeto visa ALTERAR A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 1.869, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009, E REVOGA A LEI 2.186, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016, versando acerca do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Afonso Cláudio, a fim de estabelecer tabela de vencimento conforme disposto no Anexo Único do referido Projeto de Lei.



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

A priori, cumpre ressaltar que a iniciativa e o encaminhamento da matéria que trata o presente Projeto de Lei é competência do Poder Legislativo Municipal e possui respaldo legal encontrando-se em consonância com a legislação vigente.

Após uma detida análise da questão, percebemos que o Projeto de Lei apresentado encontra-se devidamente amparado no aspecto legal e no aspecto constitucional, estando em conformidade com a técnica legislativa.

Desta forma, de acordo com nosso entendimento e normais regimentais, o Projeto encontra-se dentro das normas constitucionais. Assim concluo meu voto pela aprovação do referido projeto em análise.

Relator

2º VOTO

TARCISO JOSÉ DE ARAÚJO Membro

Na qualidade de Membro desta Comissão, venho emitir meu voto pela aprovação, do Projeto em apreciação, acompanhando o voto do Ilustre Relator.

3° VOTO

ROMILDO VALSEIR ORTOLANI

Presidente

O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após análise do Projeto, e concordando em todos os termos com o Ilustre Relator, vem também emitir seu voto pela aprovação do Projeto em apreciação.



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

ROMILDO VALSEIR ORTOLANI
Presidente

PARECER

Assim sendo, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, concluiu seu parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto em questão.

Sala de Reuniões "Dr. José Almério Petronetto" Afonso Cláudio/ES, 26 de DEZEMBRO de 2018.

ROMILDO VALSEIR ORTOLANI

Presidente

LORENTINO BINOW

Relator

TARCISO JOSE DE ARAÚJO

Membro

APROVADO POR UNANIMIDADE

Em 26/12/18

residente



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

RELATÓRIO

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, Estado do Espírito Santo, encaminha para deliberação plenária por meio do Projeto de Lei incluso, intitulado: "ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 1.869, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009, E REVOGA A LEI 2.186, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016", o qual, após o regimental despacho na Sessão Legislativa Ordinária realizada no dia 26 de dezembro de 2018, pela Mesa Diretora desta Casa Legislativa, adveio a esta Comissão.

Desta forma e, conforme se deve proceder, a citada mensagem foi protocolizada neste Poder Legislativo em 26 de dezembro de 2018, ficando o referido Projeto registrado sob o nº 1038/2018, em face das matérias no corrente exercício.

Entretanto em face à impossibilidade dos autores da matéria emitir parecer em proposições de suas iniciativas, conforme Art. 49, do Regimento Interno, ficam nomeados os Vereadores: Roserene Paulino da Silva e João Luciano Belisário, para este fim.

Portanto, depois de relatado sua titularidade e demais observâncias de praxe, passa o presente Projeto à devida deliberação nesta Comissão, na seguinte ordem:

1º VOTO

ROSERENE PAULINO DA SILVA Relatora-Interina

Inicialmente, cumpre destacar que é de competência do Poder Legislativo Municipal, por meio de seu representante, o encaminhamento de matéria desta natureza, em conformidade com a legislação pertinente.

O presente Projeto visa ALTERAR A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 1.869, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009, E REVOGA A LEI



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

2.186, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016, versando acerca do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Afonso Cláudio, a fim de estabelecer tabela de vencimento conforme disposto no Anexo Único do referido Projeto de Lei.

Após uma detida análise da questão, percebemos que o Projeto de Lei apresentado encontra-se devidamente amparado no aspecto legal. Apensado ao Projeto está o Impacto Orçamentário e Financeiro, de acordo com o Art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Assim sendo e de acordo com nosso entendimento e normais regimentais, o Projeto encontra-se tecnicamente correto quanto o aspecto econômico e financeiro e, assim sendo voto pela sua aprovação.

ROSERENE PAULINO DA SILVA Relatora-Interina

2º VOTO
JOÃO LUCIANO BELISÁRIO
Membro-Interino

Na qualidade de Membro desta Comissão, venho emitir meu voto pela <u>aprovação</u>, do Projeto em apreciação, acompanhando o voto do Ilustre Relator.

JOÃO LUCIANO BELISÁRIO Membro-Interino



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

3° VOTO **JOSIMAR NEVES DA SILVA**

Presidente

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, após análise do Projeto, e concordando em todos os termos com o Ilustre Relator, vem também emitir seu voto pela aprovação do Projeto em apreciação.

> JOSIMÁŘ NĚVES DA SILVA Presidente

PARECER

Assim sendo, a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, concluiu seu parecer pela APROVAÇÃO do Projeto em questão.

> Sala de Reuniões "Dr. José Almério Petronetto" Afonso Cláudio/ES, 26 de dezembro de 2018.

JOSIMAR NEVES DA SILVA

Presidente

ROSERENE PAULINO DA SILVA

Relatora-Interina

Membro-Interino

APROVADO POR UNANIMIDADE

Em 26/12/18